

Os grandes desafios da Nova República

Os empresários discutem como fortalecer e vencer pressões ideológicas contra a livre iniciativa

Não existe, por enquanto, nenhuma mobilização política organizada de líderes empresariais da indústria, do comércio e da agricultura para defender a livre iniciativa e lutar contra o que consideram soluções estatizantes para resolver os problemas político-econômicos do País.

Esse movimento dos empresários para influenciar as decisões do Legislativo, do Executivo e do Judiciário ainda não saiu porque não é tão fácil assim reunir um grupo que muitas vezes tem opiniões e objetivos diferentes diante dos mais diversos temas. Mas isso não quer dizer que os empresários estejam parados. Existe, na maioria dos setores, uma preocupação de fortalecimento para enfrentar os desafios que surgiram com a Nova República.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio Bueno Vidigal, diz, por exemplo, que ultimamente só tem falado sobre o assunto. Vidigal prega o fortalecimento de todas as entidades representativas, sindicatos, federações e confederações empresariais. Ele considera que com esse fortalecimento haja como consequência também o fortalecimento político das entidades. "E não é possível representar o poder econômico, sem ter o poder político."

Para o presidente da Fiesp, os empresários não podem se omitir "e eu acho que todos estão trabalhando nesse sentido". Luís Eulálio também defende a participação dos empresários na vida político-partidária, "porque qualquer um de nós tem condições e até necessidade de defender a iniciativa privada". Ele acha também que essa participação política não deve ser organizada dentro de um partido, deve estar espalhada entre várias agremiações.

O alvo

Luís Eulálio Bueno Vidigal vê esses movimentos de paralisação dos setores produtivos, como uma tentativa política de testar o governo, que não pode fraquejar nesse momento. Vidigal acha que o alvo mais fácil é a iniciativa privada. E que a tentativa de desestabilização teria duas etapas. A primeira, com as greves. E a segunda com o ataque ao empresariado, começando pelo setor financeiro, na busca pela estatização. Luís Eulálio faz até um alerta para seus companheiros:

— O empresariado não pode esquecer que o dia em que estatizarem os bancos toda a estrutura irá por água abaixo. Em seguida serão os setores de produção, chegando até a pequena e média empresa.

O presidente da Fiesp acha que uma das estratégias mais eficientes para sensibilizar os desavisados é a de colocar a média e pequena empresa contra o sistema financeiro. "A bandeira lançada por alguns grupos ideológicos é muito simpática e consiste na afirmação de que as pequenas e médias empresas estão sendo espoliadas pelo sistema financeiro." Todos esses problemas têm de ser resolvidos entre as partes interessadas, sem demagogia, diz Luís Eulálio.

Ele lembra que agora todo mundo percebeu que o Legislativo adquiriu novas forças, depois que o presidente Sarney anunciou que não mais imporá as decisões do Execu-

tivo sobre o Legislativo, através do decreto-lei e do decurso de prazo. "Mas nós da Fiesp, desde o começo do governo Figueiredo, iniciamos um contato mais estreito com o Legislativo, já estávamos preparados para isso."

Para a Constituinte, Luís Eulálio prevê que haverá na sua composição um número expressivo de integrantes que tenham compromisso com a livre iniciativa, "aos quais daremos o nosso apoio". O presidente da Fiesp acha que para a Constituinte ser um verdadeiro avanço e transformar as instituições políticas e econômicas do País terá de colocar limites para o Estado-empresário, "ou então a iniciativa privada desaparecerá. Na prática todas as restrições são para o setor privado, enquanto o Estado-empresário pode tudo".

Na Constituinte

Já o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, está interessado em se candidatar para a constituinte para defender os interesses do setor. Mas segundo Afif também é preciso um trabalho de base, de sustentação, por isso está criando na Associação Comercial um "Grupo de Mobilização Permanente", que tem como slogan a frase: "Empresário, apareça antes que você desapareça".

Segundo a Associação, nesse período de transição pelo qual está passando o Brasil, as pressões dos diversos segmentos da sociedade terão grande influência. Não só para a determinação do rumo a ser imprimido à indispensável reformulação constitucional, como na ação de governo.

Afif acha que as classes trabalhadoras estão preparadas há muito tempo para impor o peso de suas opiniões. E lamenta que diante da máquina dos empregados, os empresários estejam representados por um "segundo time e ainda fracionado. Por isso é necessário que todos se organizem, todos que prezam a liberdade de escolha da atividade profissional, econômica e social, para exercerem a legítima pressão em defesa de seus ideais, impedindo projetos que visam esmagá-los ou causar-lhes qualquer prejuízo".

O Grupo de Mobilização Permanente tem como objetivo a defesa da liberdade do cidadão, impedir o avanço desnecessário do Estado na economia; defender o contribuinte, exigindo que a carga tributária tenha como limite a sua capacidade econômico-financeira e que os recursos sejam realmente aplicados em benefício da sociedade.

Guilherme Afif faz questão de salientar que a idéia do movimento não nasceu por receio das greves que estão ocorrendo. Ele afirma que essa é a continuação de um movimento que teve início em 79, quando começou a luta da Associação Comercial pela aprovação no Congresso, do Estatuto da Pequena e Média Empresa.

O presidente da Associação Comercial diz que o movimento é para fazer frente ao esquema de poder existente. "No Brasil o grande contingente que influi no poder é de estatizantes fisiológicos, onde se incluem muitos empresários, que se somam a uma parcela minoritária, mas organizada, de estatizantes ideológicos." Esse quadro cria

condições para a formação do que Afif Domingos chama de "triângulo de ferro", onde em um vértice estão os beneficiados da estrutura, como foi o caso dos beneficiados no episódio Sulbrasil. No outro vértice está a tecnocracia que concede os favores, os benefícios e por isso mesmo tem reserva de poder. E ainda no outro vértice está o político à cata do voto, que faz qualquer papel para conseguir esse objetivo.

Afif diz que a luta é desigual porque todos esses grupos estão articulados. "Nós estamos do lado do contribuinte, do lado de um grupo que está disperso, mas é o que está pagando a conta e ainda não percebeu a sua força."

Todas as portas estão abertas para a participação no Grupo de Mobilização permanente. Segundo Afif a Sociedade Rural Brasileira já deu o seu apoio automático. E agora ele está tentando buscar apoio de outros setores para que todos trabalhem de comum acordo. Guilherme Afif Domingos faz questão de afirmar que o que a Associação Comercial pretende não é estabelecer um lobby dos empresários. "O lobby é formado por conveniências, enquanto o nosso movimento é feito por convicções. Existem muitos defensores da livre iniciativa que fazem lobby para atenderem os seus próprios interesses. Nós não vamos atender interesses de ninguém, nem de nenhum setor específico".

E a mobilização não pára aí. A Associação Comercial também estabeleceu um convênio com o Senado. Proximamente os computadores do Senado estarão ligados com os computadores da Associação Comercial, para que se possa fazer um acompanhamento diário das atividades do Legislativo. "Assim evitaremos surpresas", diz Afif.

Um novo papel

O empresário Mário Amato, vice-presidente da Fiesp, é o mais preocupado com a situação. Entretanto ele diz que não há por parte dos empresários a menor contestação com relação ao desenvolvimento social, "o que se está pedindo é uma melhor compreensão do papel do empresário na Nova República".

Segundo Mário Amato, não existem articulações e nem esquemas para serem usados em favor do patronato. "O que existe é a preocupação por causa do controle de preços e das greves que cerceiam o lucro." Mário Amato vai mais longe:

— O que está acontecendo em São Paulo, em matéria de prejuízos, é muito mais grave do que a dívida externa, ou as enchentes no Nordeste. São Paulo está parado e com isso todo o País para também. O empresário não aguenta mais. O governo precisa tomar uma atitude.

Para Mário Amato os fatos estão muito entrelaçados para se imaginar uma mera coincidência. "De um lado estão as greves, que podem levar ao caos. Do outro o grupo estatizante que pretende desmoralizar a iniciativa privada e fazer com que o capitalismo naufrague. E no meio de tudo isso está o clientelismo político, onde todos aparecem como mocinhos. Chegou a hora de botar ordem na casa e fazer com que a lei seja cumprida."

Fernando José Dias da Silva